





Número: **0800607-09.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **05/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.775,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
<b>ANTONIO FRANCISCO DA SILVA (AUTOR)</b>	<b>JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)</b>
<b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)</b>	<b>EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)</b>

**Documentos**

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16182 941	22/04/2021 09:55	<a href="#"><u>2593262_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</u></a>	Petição



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

Processo n.º 08006070920198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A,** empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO FRANCISCO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais).

**DA LESÃO APURADA NO PUNHO DIREITO**

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar uma possível lesão decorrente do acidente sofrido e não oportunizaram uma melhora.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar um suposto agravamento de eventual lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento de eventual lesão sofrida à época do acidente capaz de gerar indenização, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 22/04/2021 09:55:41  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21042209554073400000015278731>  
Número do documento: 21042209554073400000015278731

Num. 16182941 - Pág. 1

### DA LESÃO APURADA NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

Em análise ao teor da petição inicial, verifica-se que o autor **DESCONHECE** qualquer eventual invalidez no MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, apontando apenas lesão sofrida no **PUNHO DIREITO E OMBRO DIREITO**.

Neste ínterim, o ora Requerente fora levado para o Hospital Prontomed de Teresina para realizar os procedimentos iniciais. **Após os exames foram identificadas fraturas na região do MEMBRO SUPERIOR DIREITO (PUNHO E OMBRO)**, onde

Assim, resta evidente que a lesão apontada no laudo no OMBRO ESQUERDO sequer foi apontada como causa de pedir da presente ação, eis que o autor requer EXCLUSIVAMENTE a condenação da Ré ao pagamento da indenização sob a alegação de invalidez em membro diverso deste.

Deste modo, vem à parte Ré pugnar pela lesão apontada no LAUDO PERICIAL referente ao MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, e merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM COMPLEMENTAÇÃO INDENIZATÓRIA.

**CASO O ENTENDIMENTO ACIMA SEJA DIVERSO DO ADOTADO POR VOSSA EXCELÊNCIA, HÁ DE OBSERVAR QUE O ILUSTRE PERITO INFORMA QUE O AUTOR SOFRE LIMITAÇÃO NO MOVIMENTO DO OMBRO ESQUERDO, CONTUDO FOI GRADUADA LESÃO COM BASE NA TOTALIDADE DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO E NÃO ESPECIFICAMENTE NO OMBRO, EMBORA EXISTA PREVISÃO EXPRESSA NA TABELA PARA O OMBRO.**

### **COMO PODE AGORA, APÓS ANOS DO ACIDENTE, APRESENTAR LESÃO DE MANEIRA AGRAVADA?**

Desta forma não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 20 de abril de 2021.

**JOÃO BARBOSA  
OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO  
1841 - OAB/PI**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)

